

Sumário

INTRODUÇÃO 11

PARTE I ▪ ANTES DE SE TORNAR LÉLIA GONZALEZ

1. A PEQUENA LÉLIA 21
2. A JOVEM LÉLIA ESTUDA E SE DESLOCA DO
"LUGAR DE NEGRO" 27
3. AQUELA PRETINHA LEGAL: A ESTUDANTE
QUE SE COMPORTA E SE DESTACA 37
4. LÉLIA DE ALMEIDA: PROFESSORA, TRADUTORA
E LADY 47

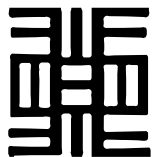
PARTE II ▪ LÉLIA GONZALEZ COM NOME E SOBRENOME

5. TRANSANDO A CABEÇA: CULTURA, PSICANÁLISE
E LINGUAGEM 59
A mulher que falava *pretuguês* ▪ 72

6. DE NEGROS EM MOVIMENTO AO MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO.....	77
Os protestos negros ▪	85
7. MULHER NEGRA FORA DO LUGAR	95
Movimento feminista: articulação, trocas e confrontos ▪	101
A experiência do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher ▪	105
8. CORRENTES POLÍTICAS, PARTIDOS E VONTADE DE REPRESENTAÇÃO	113
9. AMEFRICANA: DESLOCAMENTOS E HORIZONTES DE UMA MULHER NEGRA NA DIÁSPORA	127
Consciência de uma <i>amefricana</i> ▪	144

PARTE III ▪ DEPOIS DE LÉLIA GONZALEZ

10. MOVIMENTANDO-SE COM LÉLIA GONZALEZ	151
BIBLIOGRAFIA	157
APÊNDICE – LÉLIA DE ALMEIDA GONZALEZ: FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E PUBLICAÇÕES	165



Introdução

Em 1986, nas primeiras eleições pós-ditadura militar – que havia governado o Brasil de 1964 até 1985 –, Lélia Gonzalez, intelectual, militante e feminista negra e candidata a deputada estadual pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), aos 51 anos, apresentava-se à sociedade com o seguinte panfleto:

Quem é Lélia Gonzalez?

1. Penúltima de uma família de dezoito irmãos, mãe índia e pai negro, ferroviário.
2. Formação universitária: graduação em História e Filosofia; pós-graduação em Comunicação e Antropologia; cursos livres em Sociologia e Psicanálise.
3. Militante do Movimento Negro. Fundadora do Movimento Negro Unificado. Vice-Presidente Cultural do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN).
4. Membro do Conselho Diretor do Memorial Zumbi.

5. Militante da luta contra a discriminação da mulher. Primeira mulher negra eleita uma das “Mulheres do Ano” pelo Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, em 1981.
6. Membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.
7. Primeira mulher negra a sair do país para divulgar a verdadeira situação da mulher negra brasileira. Vice-Presidente do 1º e do 2º Seminário da ONU sobre a “Mulher e o apartheid” (Montreal-Canadá e Helsinque-Finlândia, 1980). Representante brasileira do Fórum da Meia Década da Mulher (Copenhague-Dinamarca, 1980). Convidada especial da ONU para a conferência sobre “Sanções” contra a África do Sul (Paris-França, 1981). Representante brasileira no Seminário “Um outro desenvolvimento com as mulheres” (Dacar-Senegal, 1982). Representante brasileira no Fórum de Encerramento da Década da Mulher (Nairóbi-Quênia, 1985).
8. Autora de artigos (no Brasil e no exterior) e livros sobre as condições de exploração e opressão do negro e da mulher.
9. Membro do Conselho Diretor da Sociedade Internacional para o Desenvolvimento (SID), com sede em Roma.
10. Professora com longa experiência de trabalho em escolas, colégios e universidades; atualmente, é professora de Cultura Popular Brasileira e de Proxemia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Lélia foi eleita como suplente, e muito do que se conhece a seu respeito está sintetizado nos pontos mencionados.

Nascida em 1935 em Belo Horizonte e falecida em 1994 no Rio de Janeiro, Lélia de Almeida Gonzalez foi uma figura extremamente importante para o debate sobre as questões de raça, gênero e classe.

Antes de mais nada, é preciso dizer que escrever a biografia de Lélia Gonzalez não é fazer o “resgate” de uma pessoa negra que se tornou conhecida no Brasil e no exterior. É bem mais que isso, pois essa intelectual ativista faz parte de um esforço coletivo de legitimação intelectual protagonizado pelo movimento negro e feminista no processo de redemocratização do Brasil. Estamos cientes, no entanto, de que contar a história de uma pessoa negra, especificamente de uma mulher, nos coloca na delicada posição de, tomando emprestadas as palavras de Jorge Luis Borges, “avaliar o perímetro dos vazios e das lacunas”.

Lélia Gonzalez é verbete do *Dicionário de mulheres do Brasil*, da *Enciclopédia da diáspora africana* e da *Enciclopédia Encarta africana*. Alguns de seus artigos são citados em trabalhos contemporâneos escritos em português, inglês, espanhol e francês, os quais abordam as relações raciais e de gênero. Desde o ano de 1999, como veremos, vasto material tem sido produzido sobre as ideias e a vida dessa ativista.

Lélia é hoje reconhecida e reverenciada de várias maneiras: é nome de um colégio estadual no bairro de Ramos (Rio de Janeiro), de um Centro de Referência Negra (Goiânia), de uma Cooperativa Educacional (Aracaju). Nas mãos de Anna Rigato e Cláudio Donato, sua figura virou grafite para a fachada de um ponto de cultura voltado para mulheres (Guarulhos). Por

duas vezes o bloco afro Ilê Aiyê a homenageou no carnaval baiano: em 1997, inserindo-a no tema “Pérolas Negras do Saber”, e, no ano seguinte, com o tema “Candaces”. A peça *Candaces – A reconstrução do fogo*, inspirada em suas reflexões, com texto e direção de Marcio Meirelles e realização da Cia. dos Comuns, foi apresentada em 2003, no Rio de Janeiro, nos teatros Gláucio Gil e Carlos Gomes. Em 2000, a Associação Nacional dos Docentes de Instituições do Ensino Superior (Andes) criou uma premiação nacional em distintas áreas, sendo que o prêmio para ensaios sobre educação e o negro brasileiro levava o nome de Lélia Gonzalez. Em São Paulo, a biblioteca do Geledés – Instituto da Mulher Negra também receberia seu nome em 2002.

Lélia Gonzalez tem sido lembrada em circuitos políticos de mulheres e do feminismo. Ainda em 1994, a *Revista de Estudos Feministas* republicou trechos de uma entrevista sua, dando-lhe novo título: *Lélia fala de Lélia*. Três anos depois, foi realizada a Jornada Lélia Gonzalez, em São Luís do Maranhão, com participação de mulheres negras feministas brasileiras, além da presença de Angela Davis, um dos maiores ícones da luta negra norte-americana em favor dos direitos civis. Em 2003, a *Revista Eparrei*, da Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos, publicou matéria intitulada “Imagens de Lélia Gonzalez”. No ano seguinte, aos dez anos de sua morte, a Fundação Cultural Palmares organizou, no Rio de Janeiro, a Semana Lélia Gonzalez.

Parcela significativa da trajetória e da produção de Lélia, além de material escrito a seu respeito, está abrigada na organização não governamental Memória Lélia Gonzalez e dispo-

nibilizada no *site* www.eliagonzalez.org.br, tendo sido coletada e organizada pela filósofa Ana Maria Felipe, que foi sua aluna e amiga.

Além do referido material, alguns trabalhos foram fundamentais para a elaboração desta biografia. Nesse sentido, destacamos o artigo “Lembrando Lélia Gonzalez”, da socióloga Luiza Bairros (1999), e as dissertações *Enegrecendo o feminismo ou feminilizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez* (2005), da historiadora Raquel de Andrade Barreto, e *Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)*, da cientista social Elizabeth do Espírito Santo Viana, concluída em 2006.

Além de apresentarem uma linguagem grandiloquente (para elogiar ou detrair o biografado), muitas obras também costumam retratar certas personalidades como pessoas desde muito cedo predestinadas a ser o que se tornaram. Com Lélia Gonzalez não corremos este risco, pois, ainda que sua vida tenha seguido um curso de exceção para uma pessoa negra pobre, sua trajetória até os 40 anos ainda não indicava claramente a militante, feminista, figura pública nacional e internacional que ela se tornaria.

Os autores deste livro não conheceram pessoalmente a biografada; o contato foi apenas com o trabalho da intelectual e ativista. Cada um, na sua vida acadêmica e militante, foi descobrindo os textos de Lélia Gonzalez, participando ou organizando eventos em que seu pensamento era discutido. Assim, nas pesquisas e nos encontros, percebemos que havia um público imenso desejoso de conhecer a vida e a produção intelectual de Lélia Gonzalez.

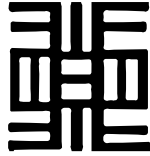
Neste livro, a biografada aparece em parte por ela mesma, nas citações de seus textos, e também por meio de pessoas que foram entrevistadas ou cujos artigos e livros consultamos. Nas suas falas públicas, algumas convertidas em artigos, suas memórias, opiniões e emoções aparecem com frequência. Assim, essa foi uma das fontes fundamentais para a elaboração desta biografia.

Há dificuldades específicas de levantar a trajetória de pessoas públicas que não pertencem a circuitos hegemônicos de poder. Em geral, seu espólio se perde ou fica disperso com amigos e/ou parentes, sendo de difícil acesso para pesquisadores. É o que costuma acontecer com intelectuais negros brasileiros. E foi o que aconteceu com Lélia Gonzalez no que diz respeito a documentos pessoais, originais de suas publicações, fotografias etc.

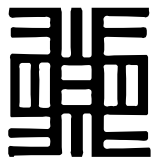
O livro foi dividido em partes e subdividido em capítulos. A primeira parte, “Antes de se tornar Lélia Gonzalez”, compreende infância, adolescência, juventude e vida adulta da biografada, de estudante a professora, antes de se tornar militante negra e feminista. A segunda parte, “Lélia Gonzalez com nome e sobrenome”, segue uma organização temática, abrangendo o período inicial do seu ativismo (político, negro e feminista) e sua atividade docente, política e intelectual, de meados da década de 1970 até 1991. A seguinte, “Depois de Lélia Gonzalez”, que aborda os anos que antecederam sua morte, em 1994, compreende os significados de sua perda e a importância de seu legado para o Brasil, para o mundo e para os estudos de raça, gênero e classe. Ao final, o apêndice “Lélia de Almeida Gonzalez – Formação, atuação

e publicações” condensa a trajetória educacional, as atividades docentes, culturais e políticas e os escritos da biografada.

PARTE I



**ANTES DE SE TORNAR
LÉLIA GONZALEZ**



1.

A pequena Lélia

Em 1979, Lélia Gonzalez utilizou a seguinte declaração para dar início a mais uma de suas apresentações públicas: “A barra é pesada. Eu sou uma mulher nascida de família pobre. Meu pai era operário, negro. Minha mãe, uma índia analfabeta. Tiveram dezoito filhos, e eu sou a décima sétima”.

No primeiro dia do mês de fevereiro de 1935, uma menina nasceu e foi registrada no cartório da jovem cidade de Belo Horizonte como Lélia de Almeida, penúltima dos dezoito filhos do casal Urcinda Serafim de Almeida e Acácio Joaquim de Almeida. Dona Urcinda, que a teve aos 36 anos de idade, era uma empregada doméstica de ascendência indígena. Seu Acácio, um ferroviário negro.

Nesse período, Belo Horizonte, uma cidade planejada, já contava com mais de 120 mil habitantes. Na antiga regionalização do país, Minas Gerais pertencia à região Este (ou Leste), junto com os estados de Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

No que diz respeito à mãe de Lélia Gonzalez, seu atestado de óbito informa que ela nasceu por volta de 1889, no Espírito Santo. Era filha de José Serafim dos Anjos e Deolinda Serafim dos Anjos.

Infelizmente, não conseguimos determinar a etnia de dona Urcinda. Porém, os grupos indígenas identificados naquela época eram os tupiniquins, no Espírito Santo, e os maxacalis e os krenaks, em Minas Gerais, povos que, desde o início do século XX, entraram em conflito com os construtores das estradas de ferro que ligavam Minas, Bahia e Espírito Santo. São considerados remanescentes dos chamados botocudos ou aimorés – que, com a imagem de “índios bravos”, povoaram o imaginário colonial do leste do país.

Naquele período, o Estado brasileiro preocupou-se em quantificar as pessoas que tinham ou não condições de falar português corretamente. Fez também o registro daqueles que falavam “o Guarani e outras línguas aborígenes” (IBGE, 1940, p. 13). A mãe de Lélia e seus antepassados indígenas provavelmente se enquadravam nessa categoria.

Ao mesmo tempo que valorizava a presença de imigrantes da Europa ocidental – parte do processo de branqueamento da sociedade brasileira –, o Estado, durante a Era Vargas¹, adotou políticas de nacionalização que se estendiam do campo educacional para a vida pública. Uma delas foi a proibição das línguas estrangeiras ou “aborígenes” tanto nas escolas quanto em locais públicos. De modo geral, esse era o quadro da diver-

1. Compreende as fases democráticas e ditatoriais em que Getúlio Vargas foi ininterruptamente presidente do país (1930-1945).